



RQ 557 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Liliane Roriz)

L I D O
Em, 6 15 /15
Liliane Roriz
Assessora de Plenário

Requer informações ao Senhor Presidente da TERRACAP sobre processos de regularização de área rural.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo nos art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal c/c o art. 15, inciso III, art. 39, § 2º inciso XII e art. 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, requero que seja solicitado à TERRACAP cópia de inteiro teor de todos os processos de regularização de área rural deliberados por aquela Agência de Desenvolvimento no ano de 2014.

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações, autarquias e empresas controladas.

A solicitação acima se justifica em razão de denúncia de suposta falsificação da cessão de direitos de terras encaminhados ao Ministério Público do Distrito Federal em fevereiro deste ano, culminado com a regularização de chácaras e outras áreas rurais em desacordo com a legislação distrital conforme matéria publicada no Correio Braziliense de 05 de maio de 2015.

Por essas razões, e tendo em vista a relevância da matéria em apreço, encaminho o presente requerimento de informação.

Sala das sessões, em

Liliane Roriz
LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL



APR 06 2015 11:47
Liliane Roriz 11928

Manobras de Vigão para regularizar terra

Imóveis rurais de propriedade do empresário Wigberto Tartuce e de familiares teriam sido regularizados com fraude processual e uso de documentos falsos para ocultar bens em nome do ex-deputado — que está com o patrimônio bloqueado por decisão judicial desde novembro do ano passado. O trâmite do processo de regularização de terras rurais do empresário também chama atenção: entre a chegada da documentação à Terracap, em 20 de novembro de 2014, e a aprovação do pedido, em 8 de dezembro, se passaram apenas 18 dias. Processos semelhantes demoram, pelo menos, seis meses.

Tartuce tem três chácaras na região do Caub, no Riacho Fundo 2. Cada terreno estende-se por 5,9 hectares, o equivalente a quase seis campos de futebol. No processo de regularização das terras, foram anexados documentos de cessão das áreas do empresário para três empresas de propriedade de familiares de Tartuce: Bsb Agropecuária, Sigma Agropecuária e Agropecuária Brasília. Toda a documentação, com firma reconhecida em cartório, tem data de 18 de fevereiro de 2003. A papelada aparenta legalidade, a não ser por um detalhe. As três empresas foram criadas apenas em 2014, segundo dados da Receita Federal. A data da transferência das propriedades é um dos indícios da suposta fraude. Todos os documentos de cessão têm timbre de reconhecimento de firma do cartório Tabelionato Leal, em Alexânia (GO).

No processo da Sigma Agropecuária, consta que Wigberto Tartuce repassou a propriedade da Chácara 81 do Caub à empresa, registrada em nome da filha Flávia Veloso Tartuce, em 18 de fevereiro de 2003. Mas, ao consultar o CNPJ da Sigma Agropecuária, é possível constatar que a empresa foi criada em 3 de junho de 2014, pouco antes de a família dar entrada no processo de regularização do terreno. A Bsb Agropecuária Ltda, também de Flávia, existe desde maio de 2014. Já a empresa Agropecuária Brasília Ltda, da mulher de Tartuce, Luísa Helena Veloso Tartuce, teve registrado na Receita Federal em julho do ano passado.

Com a artimanha, a família Tartuce regularizou as três chácaras. A documentação saiu em nome de parentes do empresário. Assim, foi possível driblar o bloqueio de bens determinado pela Justiça Federal no Distrito Federal, por conta da condenação do Tribunal de Contas da União (TCU) diante de acusações de desvios de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Leia Memória).

A denúncia da suposta falsificação da cessão de direitos das terras chegou ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) em fevereiro deste ano. O caso foi encaminhado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep). Em 27 de abril, o promotor Roberto Carlos Silva enviou ofício à Terracap pedindo informações sobre o caso. A companhia



tem 10 dias para responder. O MP quer saber como uma empresa aberta em 2014 pode ter realizado transações imobiliárias em 2003.

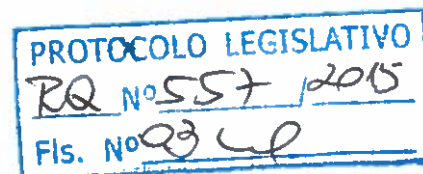
Na denúncia encaminhada à Promotoria, também há menção ao curto tempo de tramitação dos pedidos de legalização. No caso da Bsb Agropecuária, em 18 dias, os técnicos da empresa analisaram o processo e a Diretoria Colegiada aprovou a regularização. Todos os imóveis rurais legalizados no mesmo dia da chácara da Bsb Agropecuária tinham processos tramitando desde 2011.

A assessoria de imprensa da Terracap informou à reportagem que, “quando o processo é analisado pela empresa e há identificação de eventual erro, o pedido não é deferido”. Ainda segundo nota enviada pela companhia, “a tramitação de todo e qualquer processo no âmbito da Terracap e da Secretaria de Agricultura observa manual de rotina”. O Correio procurou o advogado Herman Barbosa, que representa Tartuce nos processos no TCU e relativos ao bloqueio de bens. Até o fechamento desta edição, ele não havia localizado seu cliente para dar explicações sobre as denúncias.

Lei Distrital como base

A regularização de terras rurais no Distrito Federal se arrasta desde os anos 1990. As concessões de uso, entregues aos produtores na época da inauguração de Brasília, venceram e o Ministério Público do DF exigia concorrência pública para a renovação. A Lei Distrital 34.931/2003, que trata sobre a legalização das áreas rurais, resolveu o impasse e é atualmente o instrumento legal para a regularização de chácaras e fazendas. A legislação obriga que o ocupante “comprove, em processo administrativo junto à Secretaria de Agricultura, que detém, por si ou por sucessão, o imóvel público desde 27 de agosto de 2004, com atividade rural efetiva”.

A área deve ter, no mínimo, dois hectares. A lei estabelece que a taxa anual de concessão de uso da área ocupada corresponde a 0,5% sobre o valor da terra nua. Atualmente, cada hectare de área rural tem o valor médio de R\$ 10,3 mil. Dessa forma, os ocupantes pagam uma taxa anual de R\$ 51 por hectare. No caso das chácaras de Wigberto Tartuce, cada propriedade custa anualmente R\$ 300 ao empresário.

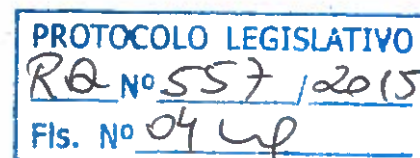


Memória

Dívidas de R\$ 29 milhões

Por conta da acusação de usar laranjas para ocultar patrimônio, a 18ª Vara Federal do DF determinou a penhora de bens de empresas do ex-deputado Wigberto Tartuce em novembro do ano passado. Ele responde a 19 ações de execução na Justiça Federal e deve um valor aproximado de R\$ 29 milhões, segundo a Advocacia Geral da União. A Justiça entendeu que foram realizadas manobras para ocultar bens e que isso representa uma fraude à execução. Wigão, como é conhecido, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União por desvios de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando era secretário de Trabalho do DF, em 1999. Em 2006, quando concorreu a deputado distrital, o empresário entregou declaração de bens à Justiça em que constava um patrimônio superior a R\$ 33 milhões. Na lista, havia imóveis, veículos, aplicações financeiras e ações, além de R\$ 2,8 milhões em espécie. Mas, no momento do bloqueio judicial, já não havia quase nada em nome do ex-deputado.

30





(<http://www.correiobraziliense.com.br/>)

(<http://www2.servico=9>)

Com patrimônio bloqueado, Vigão recorre a fraude para obter terra pública

Documentos de cessão de chácaras a três empreendimentos de familiares do ex-deputado tiveram registros em 2003, mas empresas foram criadas em 2014

postado em 05/05/2015 07:03

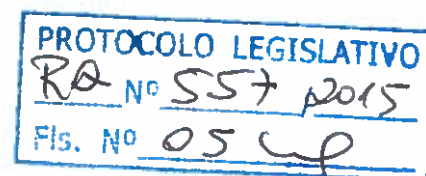
Helena Mader

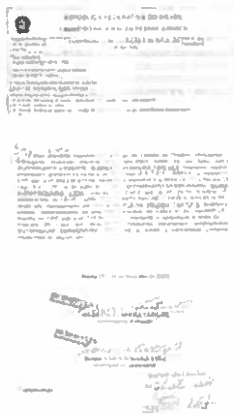
Imóveis rurais de propriedade do empresário Wigberto Tartuce e de familiares teriam sido regularizados com fraude processual e uso de documentos falsos para ocultar bens em nome do ex-deputado — que está com o patrimônio bloqueado por decisão judicial desde novembro do ano passado. O trâmite do processo de regularização de terras rurais do empresário também chama atenção: entre a chegada da documentação à Terracap, em 20 de novembro de 2014, e a aprovação do pedido, em 8 de dezembro, se passaram apenas 18 dias. Processos semelhantes demoram, pelo menos, seis meses.



As chácaras transferidas para parentes de Wigberto Tartuce estão na região do Caub, no Riacho Fundo 2

3





Acima, fac-símile
do registro das
empresas; abaixo, a
doação das terras

Tartuce tem três chácaras na região do Caub, no Riacho Fundo 2. Cada terreno estende-se por 5,9 hectares, o equivalente a quase seis campos de futebol. No processo de regularização das terras, foram anexados documentos de cessão das áreas do empresário para três empresas de propriedade de familiares de Tartuce: Bsb Agropecuária, Sigma Agropecuária e Agropecuária Brasília. Toda a documentação, com firma reconhecida em cartório, tem data de 18 de fevereiro de 2003. A papelada aparenta legalidade, a não ser por um detalhe. As três empresas foram criadas apenas em 2014, segundo dados da Receita Federal. A data da transferência das propriedades é um dos indícios da suposta fraude. Todos os documentos de cessão têm timbre de reconhecimento de firma do cartório Tabelionato Leal, em Alexânia (GO).

Leia mais notícias em Cidades (<http://www.correiobraziliense.com.br/cidades---df/>)

No processo da Sigma Agropecuária, consta que Wigberto Tartuce repassou a propriedade da Chácara 81 do Caub à empresa, registrada em nome da filha Flávia Veloso Tartuce, em 18 de fevereiro de 2003. Mas, ao consultar o CNPJ da Sigma Agropecuária, é possível constatar que a empresa foi criada em 3 de junho de 2014, pouco antes de a família dar entrada no processo de regularização do terreno. A Bsb Agropecuária Ltda, também de Flávia, existe desde maio de 2014. Já a empresa Agropecuária Brasília Ltda, da mulher de Tartuce, Luísa Helena Veloso Tartuce, teve registrado na Receita Federal em julho do ano passado.

A matéria completa está disponível aqui

(http://impresso.correioweb.com.br/app/noticia/cadernos/cidades/2015/05/05/interna_cidades,168201/manobras-de-vigao-para-regularizar-terra.shtml), para assinantes. Para assinar, clique aqui (<https://www2.correiobraziliense.com.br/seguro/digital/assine.php>).

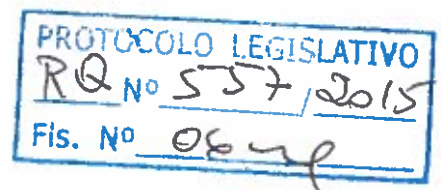
PUBLICIDADE

Visual Analysis Guid

New: Visual Analysis Best Practices -
Download the Free Guidebook Now!



Tags: Riacho Fundo Wigberto Tartuce caub terras fraude vigão



Comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal;
a responsabilidade é do autor da mensagem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 557/15.

Autoria: Liliane Roriz (PRTB)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 08/05/15

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Secretário Legislativo

Substituto

